



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/10/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2 - 3
1.3. OUVIDORIA.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
2.2. PRESIDÊNCIA.....	7
2.3. SEM ASSUNTO.....	8 - 9
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	10 - 11
3.2. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
3.3. OUVIDORIA.....	14
3.4. SEM ASSUNTO.....	15
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EXECUÇÕES PENAIIS.....	16
4.2. SERVIDORES.....	17
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	18 - 21
5.2. SEM ASSUNTO.....	22 - 23
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DESEMBARGADORES.....	24
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CNJ.....	25
7.2. DECISÕES.....	26
7.3. DESEMBARGADORES.....	27 - 32
7.4. EXECUÇÕES PENAIIS.....	33 - 35
7.5. JUÍZES.....	36
7.6. SEM ASSUNTO.....	37 - 38

ALUNA ADVENTISTA NÃO É OBRIGADA A ASSISTIR AULAS AOS SÁBADOS



A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Faculdade Santa Teresinha (Cest), de São Luís, permita a matrícula de uma aluna no oitavo período do curso de Fisioterapia da instituição, assim como a prestação de suas atividades acadêmicas em dia alternativo ao sábado, pelo fato de a estudante ser membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A religião protestante determina a seus seguidores que se abstenham de atividades estudantis ou profissionais no período entre o pôr do sol de sexta-feira e o pôr do sol de sábado.

TJMA PROMOVE SEIS NOVOS JUÍZES PARA SÃO LUÍS

Seis novos juízes promovidos passaram a atuar em São Luís. A promoção dos magistrados, pelos critérios de merecimento e antiguidade, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na sessão plenária desta quarta-feira (16).

Pelo critério de merecimento foram promovidos Júlio César Lima Prazeres (titular da 2ª Vara da comarca de Pinheiro), Suely de Oliveira Santos Feitosa (2ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz) e Alessandra Costa Arcangeli (3ª Vara de Açailândia).

Já pelo critério de antiguidade foi aprovada a promoção dos juízes Marcelo José Amado Libério (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de São José de Ribamar), Andréa Cysne Frota Maia (2ª Vara de Rosário) e Cristiana de Sousa Ferraz Leite (1ª Vara Criminal da comarca de São José de Ribamar).

A solenidade de posse aconteceu após a sessão no gabinete do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que desejou a todos sucesso na nova caminhada. A entrância final recebe um "upgrade" com a chegada de mais seis novos juízes de carreira. Isso é motivo de comemoração para o Judiciário", disse o presidente.

TRE COMUNICA ABERTURA DE VAGAS PARA JURISTAS

Em ofício enviado ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador José Bernardo Rodrigues, informa que estão vagos dois cargos de juiz substituto da corte eleitoral, na categoria "jurista", em decorrência do encerramento do biênio dos juízes Mário Prazeres Neto e Oriana Gomes. Os interessados em ocupar as vagas poderão se manifesta. por meio de ofício ao presidente encaminhado à presidência do TJMA.

Judiciário vai ouvir população da Liberdade



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão vai se reunir com lideranças comunitárias do bairro Liberdade para coletar reclamações, denúncias e sugestões de moradores sobre o funcionamento da Justiça Estadual. A audiência pública ocorrerá no dia 25 deste mês, às 8h30, no Teatro Padre Haroldo (Avenida Mário Andreazza, s/nº, em frente à Praça do Viva daquele bairro, que está entre os que tem maior concentração populacional em São Luís.

Reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios sobre a atuação da Justiça maranhense poderão ser formulados, e as dúvidas esclarecidas. "Queremos mobilizar a população e proporcionar a aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, ouvindo a comunidade para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela Justiça", diz o ouvidor do Judiciário, desembargador Lourival Serejo, que conduzirá a audiência.

O desembargador acredita que com essa aproximação, é possível elucidar, em tempo hábil, as manifestações sobre questões ligadas à Justiça Estadual.

As manifestações apresentadas durante as audiências são anotadas e encaminhadas aos setores competentes, para que sejam tomadas as providências devidas, mantendo o interessado informado sobre os resultados.

Outras cinco audiências públicas já foram realizadas no Estado, mobilizando 151 líderes comunitários. A primeira foi em Santa Inês, em março de 2012. Três delas

ocorreram em São Luís - nos bairros da Cidade Operária, Cohab e Anjo da Guarda. A última foi realizada em Imperatriz, envolvendo moradores das comarcas de Montes Altos, Senador La Rocque, João Lisboa e São Pedro da Água Branca.

CANAIS - Para acessar a Ouvidoria do Poder Judiciário o cidadão pode usar os seguintes canais: formulário eletrônico disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), no link da Ouvidoria, seções "Fale conosco" da Presidência e da Corregedoria; e-mail institucional (ouvidoria@tjma.jus.br); carta endereçada à sede (end. Praça D. Pedro II, s/n, Centro); 0800-707 15 81 (Telejudiciário); e, ainda, de forma presencial, no horário de 08h às 18h, na sede da Ouvidoria, instalada no piso térreo do Shopping Jaracati, localizado na Av. Carlos Cunha, Calhau - telefones 3221-1109 e 3221-0393.

Nos primeiros quatro meses de 2013, foram realizados mais de mil atendimentos originados de várias cidades do Maranhão. O número equivale a 66,6% da demanda registrada durante o ano de 2012, quando foram feitas 1.576 manifestações de usuários. Somente no mês de abril, o órgão foi acionado 308 vezes - um recorde mensal desde a sua criação, em maio de 2010.

Das manifestações recebidas neste ano, 951 (90,6%) foram resolvidas, restando apenas 98 pendências (9,3%), que ainda estão dentro do prazo permitido. O item "reclamações" encabeça a lista das manifestações, com 713 registros.

O Tribunal de Justiça do Maranhão arquivou o processo de grilagem de terra que eram envolvidos o deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdo B) e o secretário Alberto Franco...

- O Tribunal de Justiça concedeu liminar no Mandado de Segurança impetrado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato da governadora Roseana Sarney, que enviou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com cortes na proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano de 2014. A liminar foi concedida pelo desembargador Antonio Bayma Araújo...

...O Desembargador E Presidente do Tribunal de Justiça Guerreiro Junior fez uma balanço da sua gestão afrente da corte, e esta explanação foi publicada no Jornal "O Estado do Maranhão" do dia 9 de outubro de 2013...(mês atual)...

Merecimento e Antiguidade

Pleno do TJ elege Marcelino Everton e Ângela Salazar como desembargadores

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante sessão administrativa da última quarta-feira (16), elegeu os magistrados Ângela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton, pelo critério de merecimento e antiguidade, respectivamente, como novos desembargadores da Corte estadual.

A juíza Ângela Salazar disputou a eleição com mais 11 candidatos, pelo critério de merecimento. A desembargadora foi escolhida após obter 2.645 pontos de uma lista triplice que possuía os nomes de Tyrone José Silva

(2.129) e José Jorge Figueiredo dos Anjos (2.126).

Já Marcelino Chaves Everton foi o único juiz a registrar candidatura pelo critério de antiguidade. O titular da 2ª Vara da Família da capital é o mais antigo na lista de magistrados de entrância final (São Luís).

Antes de serem aprovados em concurso para juízes, os dois novos desembargadores foram delegados da Polícia Civil do Maranhão. Ambos tomaram posse no início da tarde de quarta (16).

O fotógrafo Ribamar Pinheiro, da Assessoria de Comunicação do TJ fez os registros e gentilmente cedeu as fotos para a coluna.



Após a posse, os dois posam entre o presidente do TJ, Guilherme Junior e o corregedor-geral Cleones Cunha



*Desembargador Froz
Sobrinho cumprimenta a
colega Ângela Salazar*



*Desembargador
Marcelino Everton assina
seu termo de posse*



*Desembargadora
Ângela Salazar assinando
o termo de posse*



*Marcelino Everton e
Ângela Salazar: Carreiras
permeadas de vitórias*

Criada comissão para acompanhar reforma do Sistema Penitenciário

Representantes do poder público e da sociedade civil organizada terão a responsabilidade de conduzir o processo de reconstrução de presídios e garantir o cumprimento das determinações do decreto que estabeleceu situação de emergência

Por meio da Portaria Nº 137 da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), publicada na sexta-feira (18), foi criada uma Comissão Mista formada por vários segmentos dos poderes públicos constituídos e membros da sociedade civil organizada para acompanhar as ações que a Sejap irá realizar, visando à implantação, execução e o cronograma de desembolso dos projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão.

A criação desta comissão tem como objetivo dar transparência à gestão das atividades que serão realizadas no período de 180 dias, para elucidar os problemas emergenciais do Sistema Penitenciário Estadual e principalmente recuperar as unidades que compõem o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ocorreu um motim, no dia 9, na Casa de Detenção, causando fugas, mortes de detentos e danos ao patrimônio público.

Segundo o secretário Sebastião Uchôa, esta comissão irá garantir o cumprimento efetivo das determinações contidas no Decreto Estadual Nº 29.443/2013, por meio do qual a governadora Roseana Sarney decretou Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Maranhão.

"Queremos conduzir este processo de reconstrução e reaparelhamento do sistema com a máxima transparência, prestando contas à sociedade e ao governo de todos os recursos públicos que serão aplicados para este fim, pois, em função da urgência dos fatos, não haverá processo licita-

tório para a realização das intervenções", disse Uchôa.

Membros - A comissão presidida pelo secretário Sebastião Uchôa será composta por 18 membros, sendo 14 representantes do poder público e quatro da sociedade civil organizada. Do poder público, foram convidados representantes das secretarias estaduais da Justiça e Administração Penitenciária, Segurança Pública e Direitos Humanos, Tribunal de Justiça do Estado, Procuradoria de Justiça e Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado, Defensoria Pública, Grupo de Monitoramento do Sistema Penitenciário do Maranhão/Tribunal de Justiça, juízes e promotores de Justiça com exercício nas Varas de Execuções Penais.

Já da sociedade civil foram convidados membros da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos; Pastoral Carcerária; entidades evangélicas; Ordem dos Advogados do Brasil - seção Maranhão e Associação Comercial do Maranhão.

A comissão terá vigência de 180 dias, a partir do início dos trabalhos. As reuniões para avaliação das atividades serão realizadas quinzenalmente, no auditório da Escola de Gestão Penitenciária, no Outeiro da Cruz, às 15h, sendo todas registradas em ata própria. Todos os membros da comissão terão acesso à documentação processual e poderão fazer vistorias nos ambientes que serão alvos de reformas, ampliações, adequações e melhorias, conforme a execução dos mesmos.

Agendas - Na manhã de sexta-feira (18), em reunião técnica com promotores de Justiça da capital e a Corregedoria de Justiça do Estado, Sebastião Uchôa informou sobre o andamento da obra de recuperação que está sendo realizada na Casa de Detenção (Cadet), assim como da criação da Comissão Mista que irá acompanhar as obras naquela unidade e em todo o sistema prisional com total transparência na aplicação dos recursos e na condução do processo.

Em outra reunião com os advogados Luís Antônio Câmara Pedrosa e Joisiane Gamba, repre-

sentantes da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, na tarde de sexta-feira, foram solicitadas informações sobre a situação na Cadet, a recuperação da Unidade, a situação dos internos feridos e o atendimento prestado aos familiares.

Segundo o advogado Antônio Pedrosa, a reunião foi bastante proveitosa, já que muitas respostas foram dadas pelo secretário Sebastião Uchôa aos quesitos diversos apresentados em ângulos diversificados dos temas problemáticos que cercam o Sistema Penitenciário maranhense.



Sebastião Uchôa quer conduzir reforma com transparência



Ala da Casa de Detenção que foi destruída durante a rebelião do dia 9 e está sendo reformada

Fotos/Divulgação

Obra será concluída na 1ª quinzena de novembro

A conclusão das obras da Casa de Detenção (Cadet) está prevista para primeira quinzena de novembro. A informação foi confirmada pelo secretário da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, em reunião realizada na sexta-feira, 18, com funcionários da empresa responsável pelo serviço. Tendo em vista a agilidade nas obras, o secretário solicitou o cronograma de execução da recuperação do referido estabelecimento.

O secretário disse que com a finalização das obras, a Cadet passe a ter celas ainda mais arejadas e amplas. "A Cadet passará por uma reforma completa. Começamos pelas celas, mas toda a unidade será restaurada", disse Uchôa.

Responsável pelo acompanhamento das obras, o subsecretário da Sejap, Mario Leonardo, contou que algumas unidades prisionais no estado serão construídas nos próximos seis meses. Já no que se refere a Cadet, ele disse que o órgão possui um cronograma que visa utilizar os espaços já concluí-

dos. "No cronograma de liberação dos espaços, a medida que for terminando os serviços em determinada área, nós já vamos liberando", comentou.

O promotor de Justiça Pedro Lino disse que a reunião serviu para que o Ministério Público (MP) soubesse o que de efetivo está sendo feito para resolver os problemas do presídio. Ele destacou que o MP tem interesse em acompanhar as obras realizadas na Cadet. Na ocasião, Lino falou que a responsabilidade da Execução Penal não cabe somente a Secretaria de Administração Penitenciária.

"O problema da Execução Penal não é só da Sejap, mas do Ministério Público, do Judiciário e da Sociedade, e nós como promotores nessa área, temos a obrigação de fazermos o acompanhamento sistemático para sabermos a forma como tudo está sendo executado e quais os benefícios disso para os presos e a sociedade", concluiu o promotor. Participou ainda da reunião, o promotor Carlos Avelar.

Mais

Durante reunião com representantes da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, o secretário Sebastião Uchôa informou que os internos feridos durante o motim na Casa de Detenção na Penitenciária de Pedrinhas estão recebendo atendimento ambulatorial prestado pelos enfermeiros de plantão naquela unidade, que estão sendo fornecidos a eles os medicamentos necessários ao tratamento e que as coordenações de assistência social e religiosa prestaram acompanhamento aos familiares dos internos que morreram.

Completo

De Jesus



O Tribunal de Justiça do Maranhão tem dois novos desembargadores: Ângela Salazar e Marcelino Everton. A magistrada concorreu à vaga deixada por Raimundo Nonato de Souza pelo critério de merecimento e Everton foi escolhido pela antiguidade. Os dois novos membros, empossados após o fim da sessão de quarta-feira (16), completam pela primeira vez as três vagas criadas há três anos. O Tribunal de Justiça decidiu transferir para o dia 30 a escolha da lista tríptica de advogados candidatos a uma vaga no Pleno do Tribunal Regional Eleitoral.

Prédio presidencial

Num dos prédios da Avenida dos Holandeses, moram os presidentes de duas instituições mais conceituadas do Maranhão.

A desembargadora Cleonice Freire, eleita presidente do Tribunal de Justiça, e o jornalista Benedito Buzar, presidente da Academia Maranhense de Letras.

Entre os dois há uma diferença: enquanto a desembargadora inicia sua gestão à frente do Poder Judiciário, o jornalista se prepara para deixar a presidência da Casa de Antônio Lobo, fato que já comunicou aos seus confrades.

- **O ouvidor** do Judiciário, desembargador Lourival Serejo, está levando a Ouvidoria para bairros de São Luís, para saber o que o povo pensa da Justiça.

Maternidade socioafetiva

AURELIANO NETO

A história é comum, porém o desfecho é que foi incomum, sob a visão empírica do leigo. Vejam bem: a notícia foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Minha vizinha patusca, personagem dos dramas de Nelson Rodrigues, não compreendeu. Ficou ensimesmada. E fez aquela pergunta tradicional, com a ênfase da surpresa: - Como?! Antes de explicar, não para a surpreendida vizinha, mas a nós mesmos, inclusive a mim, esclareço o que aconteceu: - Duas crianças tiveram o direito de ter os registros civis de nascimento alterados para inclusão de uma segunda mãe. Ou seja: trocando em miúdos, a mãe biológica já estava com o nome registrado, tendo sido determinada a inclusão do nome da mãe afetiva, aquela que de fato criou as crianças requerentes do acréscimo, devotando a elas todo o desvelo maternal.

O caso foi o seguinte. Conto-o: a mãe biológica, a que gerou no útero as crianças, morreu quando os filhos estavam com dois e sete anos de idade. O pai uniu-se a outra mulher com a qual casou, de papel passado e tudo, como diz o nosso cidadão numa linguagem sem rebuscamento. Com a convivência, estabeleceu-se vínculo afetivo entre a nova companheira do pai e os filhos do matrimônio anterior. Sem se preocupar em ser madrasta, foi mãe dos filhos biológicos do marido. Criou-os com dedicação e muito amor, como faz boa parte das mães. As crianças passaram a ter com ela uma relação de estreito sentimento filial, chamando-a afetivamente de mãe. Estabeleceu-se entre eles um laço materno-filial, sustentado pelo amor devotado aos filhos do seu companheiro, originados do útero da mãe biológica.

Essa é, pois, a nova família, reconhecida juridicamente em repetidas decisões dos nossos magistrados de base ou dos juízes que atuam nas instâncias de cima. Até antes da vigência da Constituição Federal de 1988, tinha-se apenas o fato sem qualquer repercussão no âmbito do direito. A partir dessa Carta republicana, passou-se a ter o que pode se chamar de estabilidade constitucional, com prevalência de normas principiológicas, encimadas pelo superprincípio da dignidade da pessoa humana, em que o ser humano ocupa, no ordenamento jurídico pátrio, a centralidade dos fins da realização do direito, não só a partir da positividade das regras legisladas, mas sobretudo da efetividade das decisões judiciais, momento em que a norma se corporifica no ato de decidir, assim não se resumindo este numa simples aplicação da lei, uma vez que, como ensina Javier Hervada (In: O que é o direito?

A moderna reposta do realismo jurídico, p. 96), "as leis não constituem o objeto primário da arte do jurista. A arte do jurista consiste em determinar o

direito, o justo". Em adendo a esse entendimento, à Constituição deve ser dada uma interpretação moral, ou seja, mais aberta, o que pressupõe ser aplicada à luz dos princípios superiores, contrariando o velho e carcomido brocardo "a lei é lei", cuja regra em si pressupõe uma prescrição restritiva da liberdade interpretativa de quem decide. Quicá, nessa mudança hermenêutica, esteja o sentido do que se denomina de ativismo judicial, que tem natureza criativa no ato de declarar o direito.

Nessa trilha de reflexão, o Superior Tribunal de Justiça, pela sua Terceira Turma, ao decidir o Recurso Especial nº 1000356/SP, cuja relatora foi a ministra Nancy Andrighi, fixou o entendimento no sentido de que "ainda que despidas de ascendência genética, a filiação socioafetiva constitui uma relação de fato que deve ser reconhecida e amparada juridicamente. Isso porque a maternidade que nasce de uma decisão espontânea deve ter guarida no Direito de Família, assim como os devidos vínculos advindos da filiação. Como fundamento maior a consolidar a acolhida da filiação socioafetiva no sistema jurídico vigente, erige-se a cláusula geral de tutela da personalidade humana, que salvaguarda a filiação como elemento fundamental na formação da identidade do ser humano".

Com esses novos entendimentos, emergidos da valoração do fato e da criação normativa, como ato de decidir, quando se realiza a norma nesse exato momento, a minha vizinha patusca não entendeu absolutamente nada, face à visão redutora do superado entendimento de que filho é filho, mãe é mãe, pai é pai. Ora, não é bem isso. A família da posmodernidade mudou. E mudou muito, tendo como centralidade a dignidade da pessoa que passou a assumir a dimensão transcendental e normativa de todo o ordenamento jurídico vigente.

Por isso mesmo, em que pese ter ficado ensimesmada essa minha vizinha, não é de surpreender o que foi decidido acima e ainda mais o que decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo, ao reconhecer a existência de paternidade e maternidade socioafetivas de uma mulher que, filha de empregada doméstica, desde os quatro anos de idade, foi criada pelos empregadores, e, após a morte da mãe biológica, recebeu todo o cuidado como se filha fosse. Morrendo a mãe afetiva, sendo excluída da sucessão, a decisão do Tribunal de São Paulo foi de reconhecer a paternidade e maternidade socioafetivas, incluindo-a como herdeira na sucessão dos bens.

Essa, repito, é a nova família, despregada da concepção do legalismo da lei é lei, para ser reconhecida numa proteção de decisão normativa em que se impõe o ser humano na sua essência transcendental, sedimentado pelo vínculo do amor.

Membro da Academia Imperatrizense de Letras e juiz de Direito em São Luís - MA
E-mail: aureliano_netto@zipmail.com.br

A partir dessa Carta republicana, passou-se a ter o que pode se chamar de estabilidade constitucional

Desculpas

Rapaz, é o fim dos tempos mesmo. Eu até começo acreditar que o mundo vai acabar! O todo poderoso José Sarney pedindo desculpas para os juízes do TJMA, após defender a filha Roseana na questão da carnificina ocorrida na Penitenciária de Pedrinhas.

O ex-presidente José Sarney, em artigo publicado no jornal da família, largou a chibata no Judiciário maranhense, jogando a responsabilidade pelo motim em Pedrinhas onde morreram dez detentos aos juízes. É mole??? Em outros tempos, ele não dava nem piu.

Coordenador de "OS"

Rapaz, esse Gilberto Leda é um kit multimídia. O homem age por todos os lados. Além de trabalhar com Ricardo Murad na Saúde, Luis Fernando na Infra-Estrutura, Tribunal de Justiça, assessor de Max Barros e Mirante, agora o camarada achou uma brecha na Prefeitura de São Luís. O prefeito Edivaldirinho o nomeou coordenador de "OS" Orçamentos da Secretaria de Saúde do Município.

Criminalidade: há solução

NAS RUAS...



Com o êxito das USCs (Unidades de Segurança Comunitária), teremos um dos estados mais seguros do Brasil



Aluísio Mendes,
secretário de Segurança Pública

NOS PRESÍDIOS...



Por meio do decreto de emergência, o estado vai zerar seu déficit carcerário até dezembro de 2014



Sebastião Uchôa,
secretário de Administração Penitenciária

NA JUSTIÇA...



A nova Lei de Execuções Penais irá possibilitar ao Judiciário o controle mais efetivo da população carcerária



Charles Dias,
advogado, assessor do Senado

Ampliação do efetivo policial, uso de novas tecnologias, envolvimento das comunidades na prevenção ao crime, ampliação e organização do sistema carcerário e execução adequada das penas determinadas pelo Judiciário. Essas são algumas medidas que os secretários Aluísio Mendes (Segurança) e Sebastião Uchôa (Administração Penitenciária) e o advogado criminalista Charles Dias apontam para resolver o problema da criminalidade, que é nacional.

URBANO 3 e POLÍCIA 5

>> **Entrevista//** Sebastião Uchôa e Aluísio Mendes

Para combater a criminalidade

O Imparcial entrevistou os secretários estaduais de Segurança Pública e de Justiça e Administração Penitenciária sobre crise prisional

A rebelião na Casa de Detenção do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que culminou com 10 mortos e 19 feridos, alarmou o sistema de segurança e a sociedade para a urgência em conter as facções e executar obras na estrutura carcerária. Faltam 704 vagas no sistema penitenciário do Estado, segundo relatório da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Com a decretação do estado de emergência no sistema prisional, o governo garante, no prazo de 180 dias, um pacote de obras que inclui a construção de um presídio de segurança máxima na capital com 150 vagas; a reforma e ampliação das detenções em Coroatá (150 vagas), Codó e Balsas (200 vagas cada); e a conclusão do Presídio de Imperatriz, com capacidade de 250 vagas; e até dezembro de 2014 a criação de mais 2.800 vagas no sistema. Medidas que resolverão os problemas do sistema, segundo avaliou o titular da Sejap, Sebastião Uchôa. Em paralelo, a Segurança atua com efetivo policial e de servidores insuficiente, mas, segundo o secretário Estadual de Segurança Pública (SSP), Aluísio Mendes, as medidas em execução vão reverter esses números até 2014. Em entrevista a **O Imparcial**, os secretários trataram de problemas enfrentados em seus setores e apontaram projetos e impasses para a condução de uma política efetiva de segurança no Maranhão.

O Imparcial - O Maranhão possui cerca de seis mil detentos, destes, quase quatro mil na capital, sendo que há vagas para apenas dois mil. Como a Segurança trabalha para equiparar esses números?

Sebastião Uchôa – Estamos com projetos de construção e ampliação de presídios na capital e interior, por meio do decreto de emergência e, assim, o estado vai zerar seu déficit carcerário até dezembro do ano que vem se Deus quiser.

O pacote de obras a ser executado com a decretação de situação de emergência no sistema resolverá os problemas da superlotação?

Não tenho a menor dúvida que sim. Vai resolver em definitivo e criar projeção para as novas demandas do sistema no Maranhão. Vai aumentar a capacidade de descentralizar a administração da execução penal, evitando o deslocamento de presos do interior para a capital e ajudando na ressocialização.

A rivalidade entre detentos da capital x interior estão no topo das causas de brigas e rebeliões no estado. Como resolver esta questão?

Estamos separando os presos dentro das próprias unidades. Concordamos em unidades específicas dentro do sistema, mas não posso obedecer ao que diz a lei em um sistema que está superlotado.

As facções protagonistas da rebelião na Cadet têm desafiado a Segurança agindo de dentro das detenções. O número de celulares e armas encontrados na ocasião do último motim comprova a atuação. Como conter a atividade desses criminosos?

Por meio de políticas de regime, entre os servidores, e aplicação de procedimentos rígidos de segurança interna prisional, garantindo a integridade física e moral do preso, que é nosso dever, e ele, de cumprir a pena.

A Segurança garante que os novos bloqueadores de celular adquiridos pós-rebelião impedirão a entrada de aparelhos nas detenções. Quantos são, qual o custo, como foram distribuídos e qual a tecnologia desses aparelhos quanto ao alcance de detecção?

Ainda estamos em teste na Casa de Detenção e no Centro de Detenção Provisória. O que apresentar maior eficiência adotaremos. Não há como dizer ainda valores e quantidade.

Mais de 400 aparelhos celular, quatro armas de fogo e várias facas e facões foram encontrados em uma única unidade do Complexo de Pedrinhas, segundo juízes da Vara de Execuções Penais que visitaram as unidades neste mês. Como esses itens entram na detenção?



Há uma fragilidade na segurança interna. E nós retomamos atitudes que não eram mais realizadas como as vistorias diárias nas celas. Daí a reação. Não é questão de efetivo, pois temos terceirizados suficientes para a monitoria. Também não posso

ser leviano ou injusto apontando pessoas e penalizar os bons servidores penitenciários.

O juiz da 1ª VEP, Carlos Roberto de Paula, defende a municipalização dos presídios como solução para o sistema. O senhor conhece a proposta? Poderia ser executada no estado?

Sebastião Uchôa - Municipalização não. Eu discordo profundamente, pois há municípios que mal conseguem arcar com suas necessidades. A saída é a regionalização da execução administrativa da pena. Regionalizando os presos ficarão perto de suas famílias, dos promotores, dos juízes e sociedade, em polos de grande circulação.

Somado às obras do pacote de emergência, que outras ações estão previstas pela Segurança?

O imediato é o conserto da Casa de Detenção, que abrirá mais 500 vagas, e a reforma de Pedrinhas para adquirir mais 250 vagas, tudo será entregue em 60 dias.

O que o senhor considera que ainda seja o grande desafio segurança do estado?

Maior desafio é desafogar os presídios, estimular os bons servidores a assumir seus papéis de copartícipe da gestão e ampliar o parque penitenciário e criar mecanismos de ressocialização para acabar com o ócio dos presos.

O Imparcial - O juiz da 1ª VEP, Carlos Roberto de Paula, defende a municipalização dos presídios como solução para o sistema. O senhor conhece a proposta? Poderia ser executada no estado?

Aluísio Mendes – É um projeto interessante e está no plano do Governo a construção de presídios, na capital e interiores, com o decreto emergencial e recursos do BNDES, já em andamento da Sejap. Não só o Maranhão, mas o Brasil inteiro tem problemas em seu sistema penitenciário, que por muitos anos se renegou ao segundo plano no país e que precisa ser melhorado. O governo federal também tem uma grande responsabilidade sobre essa questão.

A Tropa de Choque intensificou as operações nos bairros. No entanto, a população reclama um policiamento mais ostensivo e da demora no atendimento às chamadas. Quantas e quais ações policiais estão em execução?

É um problema que todo o país enfrenta: o aumento da violência. O Maranhão não fica longe disso e embora tenha feito investimento em tecnologia e prendido muitos agentes do crime, ainda lida com o pequeno efetivo policial. Mas, um grande resultado vem sendo conseguido com a USC da Vila Luizão, onde, em apenas seis meses, diminuímos em 70% a criminalidade na área. A polícia está trabalhando e estamos muito esperançosos com o projeto das USCs e caso tenhamos o mesmo resultado da Vila



Luizão, teremos um dos estados mais seguros do Brasil.

Paralelamente, o Maranhão tem a menor média per capita de policiais do país. O que tem sido feito para aumentar esse efetivo? Quando este número estará em acordo com a demanda?

Estamos formando 500 policiais civis e mais de 1800 na militar, fruto do concurso público, pois é nosso grande alento aumentar o efetivo. Mas, há a questão do aumento da violência e dos crimes cometidos por menores, estes, 70% das ocorrências e polícia tem prendido repetidamente a mesma pessoa e

apreendidos os mesmos menores, que quando soltos, voltam a delinquir com mais violência. Não atribuo apenas ao judiciário, mas temos umas das leis penais mais benevolentes do mundo e incluo aí o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não se pode cobrar unicamente da polícia a redução da criminalidade.

A USC da Vila Luizão reduziu a criminalidade em 70%, desde sua implantação, há oito meses. São previstas mais 14, sendo cinco nos interiores. De onde virá o efetivo para estas unidades?

Aluísio Mendes – Será a turma em formação na academia, vindos do concurso. Não serão retirados os policiais das ruas. Pelo contrário, 50% desses formados irão para as USCs e a outra parte, complementar as ações nas ruas. As USCs ficarão prontas em janeiro de 2014 e começam a funcionar em março, por estarmos concluindo a formação dos policiais. Nossa meta com as USC é diminuir os índices de criminalidade no estado.

Somado às obras do pacote de emergência, que outras ações estão previstas pela Segurança?

A decretação de emergência veio em boa hora. No decreto não há medidas diretas à segurança pública, mas temos um planejamento em curso. Temos, aproximadamente, R\$ 145 milhões para investir até final de 2014. Entre as obras estão a USC do Coroadinho, da Cidade Olímpica; aquisição de 400 viaturas; equipamentos para a Central de Inteligência e Corpo de Bombeiros; inauguração do Grupamento de Incêndio de Bacabal e reforma do de Balsas e Pinheiro.

EXECUÇÕES PENAIS

Lei garante paz nos presídios

Advogado maranhense, membro da Comissão de Juristas do Senado Federal, diz que mudanças na Lei das Execuções Penais vão contribuir para a paz no sistema prisional

DOUGLAS CUNHA

Mudanças na Lei das Execuções Penais (LEP) vão contribuir para a paz social no sistema prisional brasileiro e extra muros, viabilizando à sociedade mais segurança e tranquilidade. Esta é a avaliação do advogado Roberto Charles de Menezes Dias, criminalista maranhense membro da Comissão de Juristas do Senado Federal, formada para promover a atualização e reforma da Lei das Execuções Penais.

A Lei das Execuções Penais (7.210/84) foi reformulada no mesmo período da reforma do Código Penal, alterado pela Lei 7.209/84. Desde então nada mais foi feito para otimizá-la ou torná-la mais efetiva. A Comissão terá até fevereiro do próximo ano para encaminhar ao Senado o anteprojeto da LEP, com as propostas de reformulação que ora se fazem necessárias.

O advogado Charles Dias afirma que, com as propostas já contidas, produtos de amplas discussões com grandes figuras do mundo jurídico nacional e sociedade civil, através de audiências públicas realizadas



Charles Dias diz que o Brasil não admite que cuidar da administração prisional é uma estratégia de segurança pública

em vários estados, muitos problemas e convulsões sociais registradas dentro e fora dos presídios, serão solucionados.

Avalia o jurista maranhense que é um grande equívoco de quem pensa que a Comissão tem o objetivo de criar formas de amenizar a aplicação das penas. "O objetivo é criar condições das penas severas serem cumpridas efetivamente, porém com respeito ao homem que, ao ser condenado,

perde seus direitos, mas não a condição de cidadão", afirma.

Para Charles Dias falta um projeto nacional de administração prisional, daí a desordem que se observa em todo sistema prisional brasileiro. "Temos que preservar a cidadania e os direitos do delinquente condenado e preso e também daqueles que não delinquiram e que tem direito a segurança. A sociedade tem que ser protegida, não vivenciando mais momentos de pânico causados por grupos de criminosos organizados, como recentemente foi registrado em São Luís", disse. O advogado ainda revela que sem pena de morte ou prisão perpétua, o criminoso garante que ele vai ser solto. "Não existe no Brasil pena de morte nem prisão perpétua. Isto nos garante que o preso um dia vai ser solto, e devemos fazer com que ele saia desestimulado a reincidir, preparado para reorganizar sua vida, retornando ao convívio social. Isto começa pelo tratamento diferenciado que deve ser dado ao preso, conforme a etiologia do crime por



O objetivo é criar condições das penas severas serem cumpridas efetivamente, porém com respeito ao homem que, ao ser condenado, perde seus direitos, mas não a condição de cidadão

ele cometido. Não se pode dar a uma pessoa que cometeu um delito de menor potencial ofensivo o mesmo dado a um delinquente considerado de alta periculosidade, disse Charles Dias.

Ele citou como exemplo de falha na lei atual os casos de motins e rebeliões, cujas responsabilidades

não são punidas, porque a lei, até então, não responsabiliza quem não dá condições de segurança na comunidade carcerária. Afirma o criminalista. "O grande problema é que o Estado brasileiro não admite que cuidar da administração prisional é uma estratégia de segurança pública", revela.

A nova Lei de Execuções Penais traz mudanças que irão possibilitar ao Judiciário o controle mais efetivo da população carcerária, evitando que presos sejam esquecidos após o cumprimento de suas penas e que o preso saiba, ao ser condenado, quando será solto, desde que não haja nenhum contratempo no período como desvio de conduta e outros complicadores que possam fazer com que passe mais tempo na cadeia. "Ao juiz processante caberá condenar, determinando o tempo da pena e o regime, mas a aplicação da pena ficará a cargo do juiz da Vara das Execuções Penais, que assim passará a ter o controle de toda população carcerária", garantiu Charles Dias.



Não existe no Brasil pena de morte nem prisão perpétua. Isto nos garante que o preso um dia vai ser solto e devemos fazer com que ele saia desestimulado a reincidir, preparado para reorganizar sua vida, retornando ao convívio social. Isto começa pelo tratamento diferenciado que deve ser dado ao preso, conforme a etiologia do crime por ele cometido. Não se pode dar a uma pessoa que cometeu um delito de menor potencial ofensivo o mesmo dado a um delinquente considerado de alta periculosidade

Polícia

Preso suspeito de envolvimento em assaltos em cidades maranhenses

Um trabalho de investigação desencadeado por equipes da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e investigadores da cidade de Bacabal, culminou na prisão de Peterson Robson de Araújo, conhecido "Mossoró", de 23 anos. Ele é apontado como autor de vários assaltos no estado do Maranhão.

"Mossoró" foi detido na, na sexta-feira (18), na sua cidade natal Mossoró, no Rio Grande do Norte. Na ação ainda foram detidos Erivaldo Santos Sousa, conhecido como Val, e Reginaldo Carvalho Salgueiro, o "Johnny", que também são apontados

por envolvimento em vários crimes no estado.

Em posse de informações do paradeiro do foragido, equipes da Polícia Civil do Maranhão deflagraram a Operação a fim de efetuar a prisão. A ação contou com o apoio de policiais civis do Rio Grande do Norte. Ao todo foram três alvos deflagrados durante a ação, todos na cidade de Mossoró.

Com eles foram apreendidos ainda cinco armas, sendo duas pistolas PT 40, sendo uma do Grupo Tático Aéreo (GTA) e outra da Polícia Civil; um fuzil 556, uma pistola calibre 380 e uma escopeta calibre 12 e ainda um veículo Corolla preto, que é de propriedade do Tribunal de Justiça do

Maranhão (TJ-MA) e também várias placas de carros clonadas.

Após a prisão "Mossoró", "Val" e "Johnny" foram levados para a Delegacia de Homicídios de Mossoró onde foram lavrados os procedimentos policiais. De acordo com a polícia, eles foram autuados pelo crime de roubo, posse ilegal de arma de uso restrito, formação de quadrilha.

Investigações

Com base nos levantamentos da polícia, Mossoró juntamente com Val são apontados pelo assalto à Agência dos Correios da cidade Vitorino Freire, ocorrido no dia 07 desse mês. Durante o assalto, o policial militar Osvaldo Sousa Vianna, foi atingido na cabeça

e na cintura, e veio à óbito.

Segundo a polícia, "Mossoró" também responde pelo mandado de prisão na Comarca de Timon, por um duplo homicídio, ocorrido em agosto naquela cidade.

Além de crimes de homicídios, a Polícia Civil ainda apura o envolvimento de "Mossoró" nos assaltos à Agência dos Correios de Santa Inês, também em agosto desse ano. Com a prisão do suspeito, vários outros crimes também serão apurados pela polícia.

Ele será transferido para São Luís e deverá ser apresentada à imprensa na próxima segunda-feira (21), na sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira.

Ministros têm no TCU os supersalários que mandaram cortar no Parlamento

Responsáveis pelo corte de supersalários no Congresso, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) acumulam rendimentos que extrapolam o teto constitucional, hoje fixado em R\$ 28.059,29, e recebem até R\$ 47 mil por mês. Ao menos quatro titulares da Corte de contas se apoiam numa resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), válida para integrantes do Judiciário, e somam ao contracheque do tribunal as aposentadorias obtidas como congressistas.

Em decisões aprovadas nos últimos dois meses, os integrantes do TCU mandaram a Câmara e o Senado corrigirem suas folhas de pagamento e limitarem ao teto constitucional os salários de 1,5 mil servidores – o valor corresponde à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No TCU, cada um dos ministros recebe R\$ 26.656,32 brutos hoje.

VALORES – Levantamento feito pelo Estadão nos portais de transparência do Congresso mostra que o presidente da Corte, Augusto Nardes, recebeu em setembro mais R\$ 11,5 mil como aposentado da Câmara, alcançando R\$ 38,1 mil brutos por mês. Nar-

des foi um dos principais articuladores da decisão que cortou os salários no Congresso. No mês passado, após o TCU determinar ajustes na folha do Senado, classificou de injustas e inaceitáveis as diferenças salariais.

“O Brasil precisava acabar com os supersalários. Não podemos continuar com salários diferenciados, com pessoas ganhando salários de marajás e pessoas ganhando salário mínimo. Acho que o Senado e a Câmara estão entendendo que é hora de dar um basta pelas necessidades que temos”, afirmou na ocasião o presidente.

Entre os integrantes da corte de contas, o maior rendimento é de José Múcio Monteiro, que acrescenta ao salário de ministro R\$ 20,6 mil da aposentadoria de deputado. Os dois contracheques dele somam R\$ 47,3 mil. Em seguida, aparece José Jorge, também egresso da Câmara, com rendimentos totais de R\$ 46,6 mil. Já o ministro Valmir Campelo, que se aposentou como senador, recebeu no mês passado R\$ 9,5 mil além do salário de ministro, totalizando um vencimento de R\$ 36,2 mil.

EXPLICAÇÕES – O TCU ale-

ga que os ministros do tribunal se enquadram numa exceção à regra geral que impede acumulações desse tipo. Em nota, o tribunal explicou que a Resolução 13 do CNJ, que disciplina o teto para a magistratura, exclui do limite constitucional “benefícios percebidos de planos de previdência instituídos por entidades fechadas, ainda que extintas”.

As aposentadorias de ex-deputados e ex-senadores eram pagas até 1997 pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), considerada uma entidade fechada. Naquele ano, a instituição foi extinta e a União assumiu todas as suas obrigações. Na prática, os pagamentos saem hoje do mesmo cofre que paga os benefícios de qualquer cidadão brasileiro.

Ministros do TCU não são integrantes do Judiciário, mas a Constituição dá a eles as mesmas prerrogativas e vantagens de integrantes do Superior Tribunal de Justiça. Por esse motivo, eles se vinculam, com frequência, a normas do CNJ que asseguram vantagens à magistratura.

“Os magistrados do TCU estão amparados pelas disposições da resolução do CNJ e, portanto, os proventos por eles recebidos como ex-parlamentares não devem ser computados para fins de incidência do teto remuneratório”, sustenta a assessoria do TCU, em nota.

Para Claudio Weber Abramo, diretor executivo da Transparência Brasil, organização criada para combater a corrupção, os titulares do TCU se valem de um “macete” para escapar do teto constitucional.

“É evidente que se trata de um subterfúgio para acumular os dois rendimentos. É uma situação que, ela própria, já privilegia os magistrados. Os ministros entram por um macete, como é típico”, critica. “Estão recebendo acima do teto pelos cofres públicos e é isso o que interessa. No fim das contas, a determinação do teto está sendo descumprida”, acrescenta.

A situação cria distinções até mesmo no plenário do tribunal. Aposentado como servidor pelo Senado, com remuneração bruta de R\$ 44 mil, o ministro Raimundo Carreiro não pode, segundo o TCU, acumular o benefício ao salário recebido no tribunal, pois a Constituição veda a acumulação no seu caso.

(*Estadão Online*)



AUGUSTO NARDES, presidente do TCU: salário acima do teto

Dia dos Professores

O dia 15 de outubro “Dia dos Professores” foi comemorado em São João Batista à base de churrasco e cervejas pela categoria. Em homenagem à importante data o prefeito Amarildo Pinheiro assinou o ato de nomeação de 23 (vinte e três) novos educadores e 14 servidores de outras categorias funcionais, aprovados em concurso público promovido pelo ex-gestor Eduardo Dominici, em 2010. No mesmo ano fora cassado pelo TRE, por abuso de poder político e econômico.

A segunda mais votada na eleição de 2008, Surama Soares, assumiu a prefeitura e ingressou na Justiça para anular o concurso. Os funcionários aprovados que recorreram ganharam a causa e, agora, acatando a decisão judicial e cumprindo compromisso de campanha, Amarildo nomeou os concursados e, como afirmou na oportunidade, “não é do meu princípio retaliar adversários, mas focar a administração nas ações consideradas benéficas e produtivas para toda a população”.

Amarildo parabenizou os professores, pela importante data, e garantiu que continuará “valorizando a categoria, pagando rigorosamente em dia e proporcionando melhorias salariais a que têm direito e estimulando uma educação cada vez mais capacitada visando à melhoria no nível de aprendizado dos nossos estudantes”.

Desembargadores

Ingressaram na magistratura de segundo grau (desembargadores) os juízes Marcelino Everton (por antiguidade) e Ângela Salazar (por merecimento). Os dois magistrados, pelo trabalho executado nas Comarcas do interior e da capital, pelo comportamento ético e pela competência no exercício da função, são merecedores do reconhecimento dos seus pares e da sociedade maranhense. A coluna os parabeniza.

►► E o 'togado' que viajou para a 'Cidade Maravilhosa' e se hospedou em Copacabana com um 'filezinho' de 18 aninhos que 'vislumbrou' numa loja de carnes da Cohama, hein!!! Pois é, 'rapá', ainda levou a 'gata' para um jogão do Flusão no Maracanã!!! Só que nas fotos da 'rede' só aparece ela..., ele 'pula fora'!!! Pior é o 'motora' dele, que vive 'morrendo de medo' de ser flagrado nas loucuras que o chefe manda fazer com o carro do trabalho!!! É com o 'filezinho' em shopping, salão de beleza, casa dele, casa dela, médico..., e por aí vai!!!

E o 'cabra' só quer ser o funcionário público 'corretão!!! Imagina quando chegar ao comando da 'casa'!!!

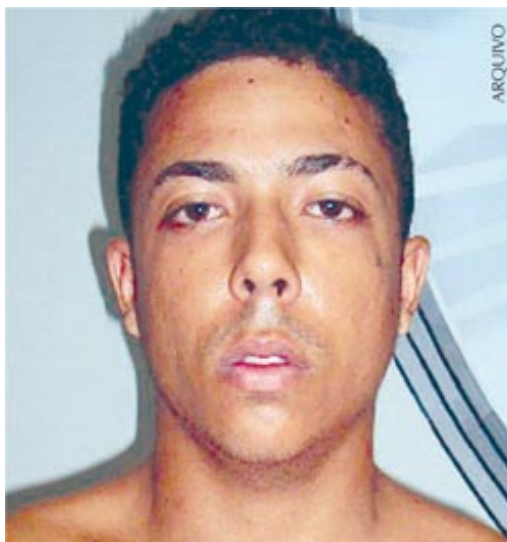
Hereditariedade

A briga pela vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com a aposentadoria compulsória de Yedo Lobão, poderá confirmar a prática da hereditariedade do poder nos tribunais no Maranhão.

Com a entrada do deputado Max Barros na disputa pela vaga, se vier a ser nomeado, juntar-se-á ao conselheiro Álvaro Cesar Ferreira, que herdou a vaga de seu pai, ex-conselheiro Álvaro França Ferreira, primo do senador José Sarney.

Max Barros é filho do ex-conselheiro José Barros. Serão, assim, dois herdeiros na corte de contas. No Tribunal de Justiça não tem sido diferente. O desembargador Paulo Velten Pereira, advogado indicado pela OAB, ocupou exatamente a vaga que acabara de deixar seu pai, o desembargador Manoel Gomes Pereira. O desembargador Froz Sobrinho, que era promotor de justiça, foi nomeado desembargador, durante a gestão de seu tio, o desembargador Raimundo Cutrim, que era presidente da Corte. Pouco tempo depois Cutrim se aposentou.

- *Dois novos membros na mais alta corte da justiça maranhense: os juízes Angela Salazar, eleita por merecimento, e Marcelino Everton, promovido por antiguidade.*



PETERSON ARAÚJO foi detido sexta-feira
na cidade de Mossoró (RN)

Quadrilha suspeita por morte de cabo da PM e assalto aos Correios é presa no RN

Durante operação conjunta entre as polícias civis do Maranhão e do Rio Grande do Norte (RN), sete integrantes de uma quadrilha especializada em assaltos a bancos foram presos, na manhã de sexta-feira (18), no RN. Um deles, identificado como Peterson Robson de Araújo, o “Mossoró”, é acusado de ter assassinado, com dois tiros na nuca, no dia 4 deste mês, o cabo da PM Osvaldo Viana Vale Filho, no momento de um assalto a uma agência dos Correios de Victorino Freire.

DIVULGAÇÃO



PETERSON RÓBSON DE ARAÚJO, o "Mossoró" (camisa vermelha) e o restante do bando preso no RN

Quadrilha suspeita por morte de cabo da PM e assalto aos Correios é presa no RN

Durante operação conjunta entre as polícias civis do Maranhão e do Rio Grande do Norte (RN), com a participação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), sete integrantes de uma quadrilha especializada em assaltos a bancos foram presos, na manhã de sexta-feira (18), no RN. Um deles, identificado como Peterson Robson de Araújo, o "Mossoró", é acusado de ter assassinado, com dois tiros na nuca, no dia 4 deste mês, o cabo da PM Osvaldo Viana Vale Filho, no momento de um assalto a uma agência dos Correios de Vitorino Freire. Naquela ocasião, os criminosos levaram um fuzil e um revólver do policial militar, fugindo em uma pick-up SW4.

A prisão dos criminosos aconteceu na zona oeste do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró, segundo informações do delegado regional daquela ci-

dade, Denys Carvalho. Eles foram surpreendidos pelos agentes após tentarem empreender fuga em um veículo Corolla preto, que, supostamente, pertence ao desembargador José Luiz Almeida, do Tribunal de Justiça maranhense. Com o grupo, a polícia apreendeu duas pistolas ponto 40, uma P380 e um fuzil 556. Estas últimas armas, segundo as primeiras informações policiais, teriam protagonizado o homicídio do cabo Osvaldo, sendo que a primeira foi utilizada por Peterson para assassiná-lo, e a segunda, pertencia ao militar.

Os presos na operação, além de "Mossoró", foram Reginaldo Carvalho Salgueiro, Erivaldo Santos, Elisângela Farias Silva, Amanda Cardoso Souza, Luciana Nazaré Leal Vieira e uma adolescente, de idade não revelada. As investigações da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), em conjunto com a Seic e a Dele-

gacia Regional de Bacabal, objetivando a localização e captura dos criminosos, começaram ainda no dia em que o cabo da PM, que era lotado no 15º Batalhão de Polícia Militar (BPM), foi morto, durante aquele assalto aos Correios de Vitorino Freire.

Peterson Robson também é suspeito de ter participado de outros assaltos, sendo acusado de um roubo a uma joalheria da Rua Grande, Centro da capital, no mês de junho deste ano; além de ser suspeito por ter assaltado outra agência dos Correios, só que em Santa Inês, em agosto. Em 2010, ele chegou a ser preso pela Polícia Civil do Piauí, após ter roubado, juntamente com outros comparsas, certa quantia de dinheiro do Banco do Brasil de Luzilândia, naquele estado da federação. O criminoso, no entanto, fugiu da Casa de Detenção Provisória (CDP), em Pedrinhas, no início de 2013.

A polícia, agora, está à procura de um dos comparsas de "Mossoró", identificado como Manasérgio Sérgio Dourado, cujo pseudônimo, escolhido pelo próprio assaltante, é Perivaldo Frazão Braga, foragido da Justiça, após ter sido capturado no dia 21 de dezembro de 2012, depois de ter arrombado caixas eletrônicas do Banco do Brasil e Bradesco de Guimarães, Paulo Ramos e Governador Newton Belo, municípios maranhenses. Perivaldo (ou Manasérgio) fugiu do Bloco C do Presídio São Luís II, em Pedrinhas, no dia 11 de agosto deste ano, junto com outros detentos. Naquela ocasião, os agentes descobriram que, na residência onde Manasérgio morava, funcionava a própria "fábrica" dos explosivos utilizados nos assaltos realizados por ele, por Peterson e demais integrantes da quadrilha atuante no Estado. *(Nelson Melo, especial para o JP)*

Flávio Dino

Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), foi deputado federal e juiz federal



Civilização ou barbárie

Os trágicos episódios a que assistimos nas últimas semanas no Maranhão chegam a lembrar épocas de total barbárie. Temos uma explosiva combinação: o menor número de policiais por habitante do Brasil, com um governo negligente na aplicação das leis e a ausência de comando em nosso estado, além de obscena desigualdade social. Isso forma um cenário que é campo fértil para organizações criminosas locais e "importadas" de outros estados. O resultado tem sido pais e mães sendo assassinados nas ruas, ou perdendo seus filhos para a violência e as drogas, e rebeliões em penitenciárias com matanças chocantes.

Na história da humanidade, a anteposição à barbárie é feita justamente pela atuação do Estado, com seus órgãos de prevenção e repressão ao crime. Quando dizemos Estado, falamos em Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. No caso

deste último, apesar dos seus vários problemas, é uma grave injustiça ignorar o trabalho dos juízes da execução penal tentando evitar a barbárie nas prisões.

Os juízes cumpriram seu papel ao editar a Portaria 081/2013, em agosto, determinando ao Governo do Estado que separasse os presos definitivos dos provisórios, como manda a lei. Os magistrados alertaram que "a superpopulação carcerária e a mistura de presos definitivos e provisórios são fatores que fortalecem facções criminosas dentro dos presídios e fomentam graves violações dos direitos humanos, além de gerar tensão, violência entre apenados, fugas, rebeliões e até mortes". Mais claro, impossível.

Os juízes fizeram valer, justamente, um dos papéis mais essenciais do Judiciário: o de fiscalizar e servir de contrapeso ao Poder Executivo. A importância dos três Poderes remonta

às formulações de Aristóteles e, mais recentemente, ao florescer do liberalismo nos séculos 17 e 18. Desde então, os iluministas defendem a importância de se dividir os poderes, com o objetivo de conter abusos dos poderosos.

Os iluministas vinham da experiência de regimes tirânicos e enxergaram a necessidade de criar contrapontos institucionais para deter a sanha de alguns que se julgavam os donos absolutos do poder.

Séculos depois, após tentar desmoralizar o IDH, instrumento chancelado pela ONU para medição do desenvolvimento de países, o senador Sarney decidiu criticar o Judiciário por uma decisão que NÃO havia tomado, jogando no colo de magistrados mortes ocorridas na Penitenciária de Pedrinhas.

A justa indignação dos juízes, liderados pelo presidente da Associação dos Magistrados, juiz Gervásio Junior, fez prevalecer a verdade. Como juiz

que fui, por 12 longos e felizes anos, posso imaginar a dor que magistrados sérios sofreram ao serem alvo de tão disparatado ataque.

Ultrapassado esse lamentável episódio, é relevante lembrar que a segurança pública no Brasil é, sobretudo, competência constitucional dos governos estaduais. Portanto, em vez de buscar transferir responsabilidades para o Judiciário ou para quem quer que seja, é responsabilidade inalienável do Governo do Maranhão garantir direitos civis como a segurança, a integridade física e a liberdade de ir-e-vir.

Em vez de ataques sem sentido, seria melhor a oligarquia cuidar da construção de mais unidades prisionais, do desenvolvimento de um adequado sistema de penas alternativas e do aumento do número de policiais e agentes penitenciários no Maranhão. São caminhos necessários para que a civilização prevaleça sobre a barbárie.

Órgãos públicos lançam projeto para reintegração de apenados

Com o objetivo de sensibilizar empresários maranhenses para a oferta de vagas de empregos formais a internos e egressos do Sistema Prisional do Estado foi lançado, esta semana, o projeto “Reintegrar para não reincidir”.

PÁGINA 4 [C1]

Órgãos públicos lançam projeto para reintegração de apenados

Com o objetivo de sensibilizar empresários maranhenses para a oferta de vagas de empregos formais a internos e egressos do Sistema Prisional do Estado foi lançado, esta semana, o projeto "Reintegrar para não reincidir". O evento, realizado no auditório da Associação Comercial do Maranhão (ACM), foi promovido pelas Secretarias de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), do Trabalho e da Economia Solidária (Setres) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para o defensor geral, Aldy Mello de Araújo Filho, é necessário o empenho dos órgãos públicos, das instituições de justiça, da iniciativa privada, dos meios de comunicação e da sociedade em geral, no sentido de buscar alternativas de qualificação profissional de internos e egressos e sua recolocação no mercado de trabalho, já que a união e o confinamento sozinhos não atendem às necessidades sociais de segurança. "Quase todas as pessoas que estão presas retornam ao convívio em sociedade. Se sua experiência prisional for negativa, ela será manifestada de forma negativa. A retribuição pela prática de um crime deve vir acompanhada da obrigação de tratamento e reabilitação. Daí a importância de se buscar alternativas de profissionalização e empregabilidade àqueles que cumprem ou já cumpriram pena", comentou.

Na ocasião, dois fatores foram apontados como principais entraves da inserção do preso e egresso no mercado de trabalho: a falta de capacitação técnica e o preconceito. Isso gera grandes dificuldades para essas pessoas



DEFENSOR GERAL, Aldy Mello, e demais autoridades, durante lançamento do projeto Reintegrar para não reincidir

reconstruírem suas vidas e muitas delas enveredam novamente para o crime. No Brasil, a reincidência criminal, segundo o Ministério da Justiça, gira em torno de 70%.

Vantagens – Os empregadores que contrataram apenados dos regimes fechado e semiaberto têm garantido incentivos legais. Dentre as vantagens econômicas para o empresário está a redução de custos, pois o trabalho não está sujeito ao regime da CLT. Portanto, o empresário fica isento de encargos como férias, 13º e FGTS. Dependendo do piso salarial, a redução nos custos da mão de obra pode chegar a 50%. A absorção do trabalho dos detentos também é uma ação de responsabilidade social.

O secretário da Setres, José Antonio Heluy, destacou que para a mão de obra da população carcerária ou de ex-detentos ser absorvida pelo mercado, é necessário que sejam oferecidas condições de reeducação, com a oferta de ensino profissionali-

zante para qualificar aqueles que querem recomeçar. "O empregador, por sua vez, deve oportunizar a essas pessoas uma chance no mercado de trabalho", disse.

O juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Roberto de Paula, observou que além de aprender um ofício, o custo dia do detento tem o benefício da redução da pena, pois a cada três dias de trabalho, ele tem um dia a menos de pena a cumprir.

A presidente da ACM conclamou os empresários presentes a contribuir com os órgãos públicos nesse processo de reinserção social. "Na medida em que se garante àquele que cumpre ou cumpriu pena a oportunidade de exercer uma profissão, diminuem-se os riscos de que esse indivíduo volte a reincidir no crime e, com isso, quem ganha somos todos nós".

Para o secretário adjunto da Sejap, Kécio Rabelo, um dos fatores mais importantes de construção da dignidade das pessoas priva-

das de liberdade é o desempenho de uma profissão. "Ao lado das necessidades de investimentos na estrutura carcerária, o combate ao crime será tão mais eficaz quanto maior for a capacidade do sistema de promover a ressocialização do apenado".

O coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do TJ/MA, Ariston Chagas Apoliano Júnior informou que os empresários podem procurar a Unidade de Monitoramento do TJ, o Núcleo de Execução Penal da DPE e a Coordenadoria de Profissionalização, Trabalho e Renda da Sejap para a oferta de empregos nas áreas de atuação. "As equipes profissionais dessas instituições estão aptas a selecionar os apenados e encaminhá-los ao mercado de trabalho", afirmou.

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais e de Medidas Alternativas, Fernando Mendonça, também participou da mesa de abertura.

Palestrante

Titular da 2ª Vara da Comarca e diretor do Fórum de Coroatá, o juiz Francisco Ferreira de Lima foi convidado pela ministra Eliana Calmon e proferiu palestra sobre “O Poder Judiciário e os usuários de drogas” para uma plateia de 114 novos juízes dos estados da Bahia e Mato Grosso, alunos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Quem foi a ‘togada’ maestrina que organizou toda a injustiça cometida contra um magistrado com mais de 30 anos de carreira, na ultima quarta-feira, durante a eleição para o cargo de desembargador????!!

►► Olha só essa missiva de um empregado dos Correios!!! “Sempre trabalhei duro por essa empresa. Nunca me neguei a nada e fiz de tudo um pouco. Quando ainda carteiro, sempre esperava colocar minha mãe no plano de saúde dos Correios, porque sou de origem pobre e ela precisava. Mas meu pai morreu e minha mãe começou a receber a aposentadoria dela e do meu falecido pai. Já em 2003, como ela já tinha idade para isso, tentei colocá-la no plano de saúde, e me disseram que ela não poderia por que ganhava mais de 1,2 salários mínimos. Eu aceitei e respeitei a norma da casa. Mas fiquei sabendo que muita gente colocou. Me falaram que até uma esposa de magistrado colocou o pai dela, que é empresário. Eu, que tenho uma mãe com problemas de diabetes e hipertensão e que ganha apenas dois salários mínimos, tenho que pagar uma plano de saúde, e os grandes, que têm dinheiro, fazem uso do que eu necessito. Eu estou decepcionado e magoado com isso. Busquei provas e denunciei aos Correios, mas não aconteceu nada. Peço que o Ministério Público faça alguma coisa.